

35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 02 – COMPORTAMENTO POLÍTICO

MEDIAÇÕES POLÍTICAS EM OCUPAÇÕES NO NORDESTE
MINEIRO: INTERAÇÕES ENTRE ATORES E PROJETOS

ARNALDO JOSÉ ZANGELMI
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Introdução

O intuito de construir essa pesquisa¹ foi proveniente, em grande medida, do anseio pela compreensão dos processos de transformação social na atualidade, especificamente aqueles relacionados às buscas organizadas pelo redimensionamento das relações de poder na sociedade. Assim, partiu-se do questionamento sobre os efeitos das ações de grupos propositadamente organizados - estimulados por utopias, ideais e projetos de sociedade - na construção de novos valores, práticas, relações sociais e políticas.

Diante dessa aspiração, caminhou-se² no sentido de estudar as ações supostamente transformadoras de grupos comumente denominados como *organizações* e *movimentos sociais*. Nesse sentido, se questionou em que medida essas ações acontecem, obtêm adesão, atingem seus objetivos e direcionam os processos de transformação histórica.

Em vista da multiplicidade de fenômenos que envolvem as ações dos movimentos sociais, colocou-se em questão quais seriam os possíveis elementos que incitariam a mobilização de pessoas que, a princípio, não tinham a contestação das relações de poder e as ações políticas como fatores centrais de suas condutas.

Assim, a atenção foi direcionada para a noção de *mediação* enquanto ação específica que, supostamente, desencadearia mobilizações e, assim, seria fundamental para as referidas transformações sociais. Diante da pergunta “Por que e como os movimentos sociais acontecem?”, a idéia de *mediação* pareceu a princípio ter potencial explicativo.

Assim, passou-se a questionar qual o papel das ações de mediação para a constituição de identidades e, assim, para a formulação de novos projetos políticos em direção de certas ações coletivas mais concretas. Nesse sentido, tornou-se necessário pensar como se dão os encontros entre as várias visões de mundo, utopias e projetos

¹ Esse trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida atualmente no Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob orientação da Prof. Leonilde Servolo de Medeiros.

² Parte dessas discussões foi desenvolvida no mestrado em Extensão Rural, na Universidade Federal de Viçosa, entre os anos de 2005 e 2007. No entanto, os desdobramentos daquela pesquisa trouxeram novas questões que motivaram a pesquisa aqui apresentada, principalmente no que se refere ao questionamento sobre quais elementos dos movimentos sociais envolvidos naquele contexto poderiam ser considerados como os principais motivadores do processo de mobilização estudado.

políticos pré-formados - tanto em parceria quanto em disputa pelo direcionamento das ações de mobilização - em contextos de enfrentamento político e social.

Nesse sentido - pensando as ações de mediação como *traduções*, que possibilitam que movimentos e grupos transcendam suas dimensões locais, ligando-se à atores em outras instâncias - buscou-se compreender as complexas e tensas teias de relações que envolvem a representação política nesses processos.

Assim, tornou-se pertinente questionar os pontos de intersecção entre as ações de mediação – que envolvem uma gama enorme de atitudes de *tradução* na vida social – e alguns atributos típicos da liderança política. Por outro lado, na multiplicidade de características que envolvem a representação política, buscou-se discutir aquelas relacionadas com a construção da legitimidade proveniente das capacidades e do exercício de ações de mediação nos contextos de mobilização.

Pareceu, então, coerente o argumento de que as capacidades de se desenvolver ações de mediação são, entre outros fatores, fundamentais para o estabelecimento da legitimidade e, assim, da autoridade da representação política. Nesse mesmo sentido, mostrou-se pertinente a idéia de que a formação de identidades - principalmente em seu caráter político na delimitação e enfrentamento de adversários, definição de projetos e ações concretas, etc. – seria o eixo central das ações de mediação nas lógicas dos movimentos sociais.

Diante dessas reflexões, buscou-se pesquisar as ações de mediação, entendidas em seu caráter múltiplo, processual e relacional – desenvolvidas entre militantes de movimentos sociais, organizações e trabalhadores rurais - direcionadas para a realização de ocupações de terra nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce (MG), a partir de meados da década de 1980 até meados da década de 1990.

Nesse contexto, houve intensa transformação nas estratégias de luta pela terra em Minas Gerais, nas quais as ocupações de terra e formação de acampamentos adquiriram significado central na criação de canais de interação entre sociedade civil e política institucional, em torno da bandeira pela reforma agrária.

Dessa forma, a proposta de investigação direcionou-se no sentido de compreender quais foram as principais forças envolvidas (trabalhadores rurais, MST, CPT, STRs, Estado, latifundiários, poder local, etc.) e em que medida suas expectativas influíram na

construção de novas representações, identidades e projetos políticos em ligação com as referidas ocupações.

Mediações, representações e identidades políticas

Essas questões puderam ser mais bem compreendidas com base em algumas reflexões das Ciências Sociais. Neves (2008) considera que *mediação*, desenvolvida por atores políticos especializados (do Estado, ONGs, movimentos, etc.), é uma intervenção promotora de interação entre *universos de significação*. Os mediadores, com base na orientação simbólica prévia de seu grupo/organização de origem, sistematizam demandas, fazendo uma *bricolagem* com os fragmentos de significados recolhidos junto aos vários contextos e agentes envolvidos.

Assim, o trabalho de mediação liga projetos políticos diversos, cada um portador de uma idéia de *desenvolvimento social* própria, específica, ligada às diferentes sociedades idealizadas. Nesse sentido, os mediadores desencadeiam processos de interação e negociação entre perspectivas de mundo, transformando os grupos envolvidos nesse processo comunicativo (Ibidem).

Para a autora, essa concepção não nega a existência de relações de poder, mas salienta que os mediados também são ativos nessa interação, reordenando os objetivos de acordo com suas experiências e expectativas. Assim, a ação dos mediadores recebe influência tanto dos grupos aos quais pertencem quanto daqueles que pretendem mediar no processo de mobilização social.

Dessa forma, como pensa Neves (ibidem), mediação envolve criação de canais para troca de saberes, experiências, em nome da construção, sempre imprevisível, de um projeto em comum e do direcionamento de esforços no sentido da realização desse projeto. Os mediadores unem os diferentes significados, num novo arranjo, valendo-se de estratégias de interação, de convergências nas diferentes concepções e da possibilidade de entendimento mútuo.

Note-se que as ações de mediação são elementos centrais na formação e desenvolvimento da representação política, pois legitimam que alguns atores, em graus

diferentes e variáveis, assumam proeminência na construção de demandas e projetos conjuntos, falem em nome do grupo e definam relações com outros grupos.

Bourdieu (1989), buscando elementos para entender o campo político, discute a construção da representação política, entre mandantes (representados) e mandatários (representantes), enfatizando que as diferentes possibilidades de acesso aos instrumentos de produção política são definidores para a delimitação desses papéis.

O autor salienta que o campo político é espaço de lutas, de concorrência entre agentes especializados, em que se acumula um poder específico, embora os capitais econômico e simbólico influenciem fortemente nas possibilidades de participação política. Assim, é preciso condições de acesso a certa forma de conhecimento, pois, “a intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento” (p. 165).

A ação política depende de um “*corpus* de saberes específicos” (p. 169). Uma das competências, citadas por Bourdieu, necessárias para a concentração dos meios de produção política, é o domínio da linguagem específica desse campo, seus códigos, sua retórica, em que se permite argumentar, ser ouvido e respeitado.

Ele também enfatiza a importância de se passar por uma iniciação, um rito de passagem, em que se aceita certas regras, valores e hierarquias, ou seja, parte do processo de aceitar uma normalização, demonstrar estar de acordo com a lógica de funcionamento do campo, considerar legítimas as regras do jogo e os papéis na estrutura interna de poder.

Esses profissionais têm o monopólio dos instrumentos políticos, relegando aos representados a condição de “consumidores” de programas pré-formados, aos quais devem aderir por antecipação. Quanto mais afastados das condições de produção política, mais as pessoas têm que “delegar”.

Segundo Bourdieu, cada grupo político faz um “jogo duplo”, por um lado buscando a adesão de mandantes e, por outro, lutando contra seus adversários, as outras organizações, no interior do campo político. Nesse sentido, por um lado, lutam pela conservação ou transformação do mundo social através do enfrentamento simbólico para influir nas visões de mundo, nas classificações em vigor, ou seja, nos critérios de *di-visão legítima do mundo social* e, assim, mobilizar os grupos, e por outro, lutam pelos

instrumentos objetivados na administração pública (direito, exército, finanças públicas, etc.).

Para Bourdieu, a relação de concorrência entre os mandatários acaba direcionando a relação destes com seus mandantes. O autor afirma que

a relação que os vendedores profissionais dos serviços políticos (homens políticos, jornalistas políticos, etc.) mantêm com os seus clientes é sempre mediatizada, e determinada de modo mais ou menos completo, pela relação que eles mantêm com os seus concorrentes. Eles servem os interesses de seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem também ao servi-los (p. 177)

Assim, percebe-se que as organizações têm uma existência relacional própria no campo político, exterior às experiências dos mandantes supostamente representados, os cidadãos comuns, que não percebem as razões de seu distanciamento. Um exemplo discutido por Bourdieu é a delimitação entre direita e esquerda, própria do campo político, que mesmo com transformações, permuta de papéis, etc., se mantém como oposição na estrutura do jogo político.

No entanto - diferentemente dos campos científico e artístico - a eficácia na concorrência entre os profissionais depende da sua interação com os representados, sendo condicionada pelo seu reconhecimento, ou seja:

a tendência para a autonomização e divisão indefinida em minúscula seitas antagonistas (...), na constituição de corpos de especialistas dotados de interesses específicos e colocados em concorrência pelo poder no campo político (...), é contrabalançada em diferentes graus pelo fato de o desfecho das lutas internas depender da força que os agentes e as instituições envolvidos nessa luta podem mobilizar fora do campo. (p. 183)

Assim, as estratégias na lógica interna do campo só podem se desenvolver satisfatoriamente em ligação com a capacidade de convencer, de mobilizar, conquistar a adesão daqueles que estão fora do campo. Nesse sentido, é fundamental “fazer crer”, ser reconhecido, mobilizar, para usufruir dos recursos de poder objetivados. O poder político vem do poder de verdade das proposições, do acúmulo de crédito, da confiança e, assim, da obediência que pode proporcionar.

As ações de mediação nos movimentos sociais - traduções fundamentais para a construção dessa autoridade política - têm como um de seus pontos centrais a formação de identidades, elementos fundamentais para a construção de reconhecimentos, projetos e ações conjuntas.

Para Melucci (2001), o discurso dos líderes desencadeia *processos reflexivos* nas pessoas fundamentais para construções identitárias. Nessa perspectiva, são as lideranças que promovem a busca de objetivos, desenvolvem estratégias e formulam e sustentam uma ideologia. Para ele "as lideranças são elementos-clave para construir e manter a identidade coletiva de um grupo, para gerar inovações assim como para articular o movimento em suas conexões e redes" (*Ibidem*: 163).

Melucci (1996), discutindo a formação de identidades coletivas nos movimentos sociais, dá ênfase aos aspectos culturais e às formas como as pessoas significam sua realidade e suas ações. Para ele, as identidades são formadas na luta dos atores num campo de relações sociais, em que as escolhas dos atores se dão diante de um conjunto de possibilidades. Assim, ele pretende romper o dualismo ação/estrutura, valorizando a especificidade dos processos sociais em cada contexto (MELUCCI, 2001).

Nesse sentido, afirma que "a ação humana é um comportamento finalizado capaz de reflexividade, isto é, capaz de produzir a própria orientação e de reconhecê-la" (p. 49). Para Melucci, essa vontade criadora, diante das oportunidades disponíveis, forma os grupos em conflito e suas identidades.

Assim, as identidades antes definidas pelo pertencimento agora são construídas pelos atores, que tomaram as rédeas da construção de significados, "aprenderam a aprender" e "exigem participar da formação de sua identidade, da constituição de sua capacidade de ação" (p. 90)

A capacidade simbólica, base da idéia do indivíduo como sujeito da ação, é central em seu modelo. Como afirma:

os indivíduos experimentam a capacidade de definir e controlar o que são e o que fazem, por meio da generalização dos processos de instrução, da difusão da participação política e dos direitos da cidadania, da importância atribuída às redes organizativas e comunicativas (p. 72)

Para a fluência desse processo, segundo Melucci, é fundamental a organização em rede, na qual unidades diversificadas e autônomas se comunicam, articulam ações, o que configura um papel específico para as lideranças (p. 96). Assim, mediação, identidade e representação políticas, são idéias fortemente imbricadas nas lógicas de ação dos movimentos sociais

Porém, Melucci salienta também os riscos da centralidade da idéia de identidade³ nos movimentos sociais, pois existe certa tendência ao isolamento, à fragmentação, à irracionalidade, à exaltação da especificidade, que pela imersão comunitária, dogmática e irrefletida, fecharia as portas da ação reflexiva. Esse risco pode levar à fuga, à violência, na aversão ao diálogo e ao intercambio social e cultural. Por isso, Melucci (2001) insiste na importância dos movimentos sociais, através de novas formas de representação política, interagirem no sistema político.

As construções de identidades, representações e mediações discutidas até aqui se dão num conjunto de relações sociais cuja idéia de *figuração* desenvolvida por Elias (2000) muito contribui na compreensão. O autor entende *figuração* como uma formação social específica, constituída por dependências recíprocas, num equilíbrio móvel de tensões. Nessa abordagem, o poder é pensado como elemento disposto nas relações, o que vai de encontro à idéia de que o poder pode estar concentrado estaticamente em um só ator ou grupo de atores.

Nesse sentido, Elias traz grande contribuição no fato de pensar os elementos sociais de forma relacional (CHATIER, 2001), constituídos pelo contraste e interação com os outros, o que deu centralidade aos seus conceitos de *interdependência* e *equilíbrio*. Assim, as dependências mútuas, os conflitos, as tensões entre poderes, em perspectiva diacrônica, são considerados constitutivos da sociedade. Como afirma:

Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários (ELIAS, 2005, p. 142)

Assim como num “jogo de xadrez”, os atores sociais têm como referência para suas ações os papéis e ações dos outros, indissociáveis, interdependentes, o que impossibilita ações totalmente isoladas, estáticas e autônomas. Segundo Elias:

é isto que expressa o conceito de interdependência: como em um jogo de xadrez, cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, jogada que por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo – ou, na

³ Como Melucci, Touraine (2006b) também salienta os riscos do fechamento em identidades comunitárias, particularismo que atravancariam o diálogo e a busca por conquistas mais amplas.

realidade, de muitos outros indivíduos -, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência.(ELIAS, 2001, 157)

Assim, ao mostrar essas relações na dinâmica histórica, o pensamento de Elias remete à necessidade de se tentar precisar, em cada contexto, como se dão esses arranjos, essas teias de interdependências e como essas relações influem nos rumos dos acontecimentos, nas escolhas e vicissitudes de processos sem sentido previamente definido.

Movimentos sociais, redes e transições entre sociedade civil e política

As ações de mediação que se pretende compreender nesse estudo se dão amplamente nas dinâmicas de movimentos sociais, sendo *movimento social* compreendido enquanto conceito que auxilia na compreensão de certos fenômenos e características presentes numa multiplicidade de ações concretas. Assim, considera-se essa noção como uma categoria teórica que contribui na identificação e compreensão de alguns fenômenos e não, de forma substancialista, como condição essencial de certos grupos (TOURAINÉ, 1999, MELUCCI, 2001).

A idéia de *movimento social* está ligada às ações desencadeadas por certos grupos com o objetivo de mudar a distribuição de poder, formas de interação e ideais culturais vigentes (ALEXANDER, 1998). Essa idéia também está comumente relacionada com a sistematização e publicização de determinados projetos de sociedade, de determinadas causas, o que em muitas análises passa pela delimitação de um ou mais adversários no seio da sociedade e pela formação de redes de mobilização (NEVEU, 2005).

Essas noções se aproximam da perspectiva de Thompson (1987) sobre a dinâmica dos processos sociais, que, buscando resgatar o papel dos atores na história, demonstra que falar em classe é falar na formação de identidade, ou seja, do auto-reconhecimento de um grupo, suas relações, antagonismos, que são a formação processual do próprio grupo.

Assim, para esse autor a consciência não é algo dado, necessário, um ponto de chegada determinado por condições exteriores às ações e relações dos atores, mas sim resultado da interação, sempre específica, entre atores em cada contexto. A classe é

resultado de como os homens experimentam e significam suas condições de vida (THOMPSON, 1979).

Ao buscar as convergências do pensamento de Thompson com Gramsci sobre os contornos do processo histórico, pode-se supor que suas concepções sobre o papel da liderança também se aproximam das idéias desenvolvidas anteriormente. Gramsci (2001), ao buscar entender a política como uma atividade relativamente autônoma - que poderia redirecionar processos históricos - atribui ao intelectual o status de elemento-chave no trabalho de criação e difusão de novas idéias.

Para esse autor, o intelectual – imerso nas mobilizações sociais - daria sistematicidade aos sentimentos coletivos, dispostos no senso comum, sendo veículo para a comunicação entre experiências, a construção de visões de mundo e criação de organizações coletivas. Nesse processo, o trabalho de construção de “pontes” entre atores sociais é central para a compreensão dessas dinâmicas, o que remete à noção de *rede*, muito utilizada nas análises sobre os movimentos sociais.

A idéia de *rede* nos movimentos sociais é central nos trabalhos de Scherer-Warrem (2008), que demonstra como os movimentos sociais são espaços permanentes de negociação, construção de alianças, intercâmbio entre formas de ação e convergência de objetivos. Ela enfatiza como os movimentos sociais, principalmente pelas ações de mediação, fazem a “tradução” do particular para o geral, agregando várias mobilizações e atores em rede.

Os movimentos, sem perder suas especificidades e autonomia, se unem em torno de demandas gerais, como, por exemplo, nas lutas pela emancipação frente às formas de poder hegemônicas, contra o conjunto de exclusões sociais, etc. (SCHERER-WARREM, 2006). Nesse sentido, a noção de *rede* envolve a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos e projetos em comum, adquirindo maior força para chamar a atenção, pressionar o poder público e articular mobilizações.

Assim, torna-se pertinente também refletir mais profundamente sobre as relações entre as mobilizações dos movimentos sociais e suas possíveis incursões no espaço público. Cohen e Arato (2000), valendo-se em parte da idéia de *mundo da vida* de Habermas, discutem como a cultura - enquanto tradições constituídas pelas relações interpessoais cotidianas - interage com a esfera institucional, o que traz potencial de comunicação e riscos de burocratização.

Esses autores discutem como os movimentos sociais penetram nas instituições, se racionalizam, numa relação crítica com os costumes e representações, na busca de direitos fundamentais, de democratização nas relações.

Assim, os autores consideram que as instituições modernas colonizam parte do mundo da vida, mas também trazem auto-reflexividade para os atores, emancipam, protegem direitos, democratizam relações, tencionam valores, etc.. Nesse sentido, os movimentos sociais são ações dinâmicas que reanimam a esfera pública, a abastecendo com novas e criativas forças sociais.

Assim, afirmam que os movimentos sociais têm uma lógica dual, sendo, por um lado, *defensiva* e, por outro, *ofensiva*. No âmbito defensivo, situa-se a formação de identidades, de base, locais, que agem sobre a consciência e a cultura dos grupos. Já em seu aspecto ofensivo, estão as estratégias no jogo de poder entre atores externos, visando se incluir institucionalmente no sistema político e intervir nas políticas públicas.

Portanto, nesse transito tenso e imprevisível entre sociedade civil e sociedade política apontado por esses autores, se encontram alternativas frente aos riscos, já apontados por outros estudos (MELUCCI, 1996. TOURAINE, 2006b), do fechamento identitário, do isolamento em particularismos que, pela resistência ao diálogo, poderiam direcionar para saídas ortodoxas e violentas.

O processo em questão

As ocupações de terra em questão se tornaram objetivos concretos pela ação conjunta de integrantes de sindicatos de trabalhadores rurais, integrantes do PT, líderes comunitários, religiosos progressistas da igreja católica em Minas Gerais e integrantes do MST do sul do País⁴.

Esses militantes passaram a articular ações de ocupação de terra na região através da vinda periódica para reuniões, assembléias e convites para eventos⁵, situações nas quais leigos ligados à CPT, principalmente da cidade de Poté (Vale do Jequitinhonha),

⁴ Lerrer (2008), discutindo a trajetória de mediadores sulistas do MST, demonstra como suas migrações para o Nordeste e outras regiões foram fundamentais para a nacionalização do Movimento e para o que denomina de “modernização emancipadora”.

⁵ Um dos principais eventos foi o I Congresso Nacional (1985), em Curitiba, no qual alguns desses leigos ligados à CPT participaram, visando futuramente compor os quadros do Movimento em Minas Gerais.

passaram a se preparar para formar o MST em Minas Gerais, recebendo material escrito, filmagens, conversando com lideranças, enfim, conhecendo as práticas e pensamentos do Movimento.

Grande parte das iniciativas desses encontros advém da atuação do Padre Jerônimo Nunes, coordenador nacional da CPT na época, que atuou na região de Poté nas décadas de 1980 e 1990 e incentivou a entrada de leigos para o MST, sendo um dos primeiros canais de constituição de equipes locais. Esses leigos tinham acumulado experiência no trabalho de base junto ao Padre, em grupos de reflexão - nos quais desenvolviam discussões sobre injustiças sociais, necessidade e legitimidade de acesso à terra, reforma agrária, etc. - e dispunham de uma rede entre grupos comunitários ligados às paróquias em vários municípios da região.

Essas pessoas se constituíram como “representantes do Movimento” em Minas Gerais e passaram a mobilizar comunidades na região visando organizar a primeira ocupação de terra ligada ao MST no Estado, valendo-se da estrutura organizacional e legitimidade moral de paróquias de vários municípios no Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

A primeira dessas ocupações ocorreu em 1988, ação que deu origem ao Assentamento Aruega (Novo Cruzeiro/Vale do Jequitinhonha/MG) e uma série de movimentações que redimensionaram as formas típicas de luta pela terra na região. Fruto dessa primeira ocupação, Aruega teve uma trajetória que constituiu identidades relacionadas à interação entre anseios tradicionais dos trabalhadores rurais envolvidos, ações e ideologia dos militantes, contexto local, etc. (ZANGELMI, 2007). A ocupação de Aruega contou com a mobilização de cerca de 300 famílias⁶, das quais 25 foram assentadas no local.

No caso específico de Aruega, existem indícios de que as interações entre grupos de militantes e destes com os trabalhadores rurais configuraram relações entre “universos de significação” (NEVES, 2008) com as quais as lideranças tiveram que lidar para direcionar esforços no sentido das ocupações. Os trabalhadores rurais, como salientado

⁶ Essas famílias viviam na zona rural de municípios próximos, em situação precária, trabalhando como assalariados, “a meia” para fazendeiros ou em pequenas propriedades insuficientes para o tamanho da família. Como explica Ribeiro (1996) prevalece nessa região um anseio pela “comunidade”, um saudosismo pela relação tradicional de obediência/proteção entre fazendeiro e agregados, frente à dificuldade de se integrarem na sociedade moderna.

por Ribeiro (1996), traziam em suas memórias ideais de restabelecimento de laços comunitários, enquanto espaços de sociabilidade e proteção. Por outro lado, integrantes do MST - tidos pelos assentados como principal grupo organizador das mobilizações - estavam embasados em pensamentos influenciados pelo “socialismo de vertente marxista” (PEREIRA, 2000), que tinha tanto na busca pela postura política “ativa”⁷, quanto na construção de formas coletivas de trabalho⁸ algumas de suas principais bases.

Segundo Navarro (2002), após 1986, quando o MST se afasta da Igreja, ele passa a ser pautado pelo marxismo-leninismo. Lerrer (2008) salienta a necessidade de “destacar que o ‘marxismo-leninismo’ do Movimento é bastante híbrido por conta de seu enorme enraizamento na tradição política católica e pelas características de sua base social militante” (p. 25). Assim:

esta leitura de Navarro não condiz inteiramente com este processo de nacionalização que dependeu, sobretudo, da rede existente na Igreja, como demonstrarei nos capítulos seguintes. Segundo o depoimento de um dos dirigentes responsáveis pelo processo, o fato de ele ter sido seminarista, ligado a um bispo da região Sul, servia de chancela para a chegada nesses locais onde ele era recepcionado por pessoas que estavam de algum modo vinculados à Igreja, seja à CPT ou a sindicatos mais afinados com as chamadas “oposições” sindicais também estimuladas pelas pastorais católicas. (p. 25)

O que se percebeu em Aruega foi a conformação de uma “busca reflexiva pelo ambiente comunitário” (ZANGELMI, 2007) por parte dos assentados, no sentido do estabelecimento de uma busca *reflexiva* (GIDDENS, 1991) pela criação de laços entre gerações, famílias e grupos, etc., o que - ao mesmo tempo em que deu vazão à aspectos importantes da ideologia do Movimento, como sua relação ação/reflexão/ação - também foi de encontro ao ideal do trabalho coletivo, que foi sendo minado com o passar do tempo pela busca pela propriedade familiar, considerada pelos assentados como mais propícia ao enraizamento que perseguiram (ZANGELMI, 2007).

Assim, pode-se supor que os militantes de movimentos sociais, organizações e trabalhadores envolvidos - ao terem que constituir projetos em comum entre esses vários atores e suas representações sobre a realidade - tiveram que sistematizar esses elementos

⁷ Algumas referências ideológicas importantes para o MST são a relação ação/reflexão/ação, que une pensamento e experiência, e a valorização da discussão e da postura política “ativa”.

⁸ A tentativa de implantar o trabalho coletivo é um dos pontos fundamentais da mediação do MST. Nesse sentido, através da coletivização dos meios de produção, o Movimento pretende gerar novas formas sociabilidade, solidariedade, o que poderia propiciar um ambiente mais igualitário.

num arranjo que permitisse o envolvimento conjunto nas mobilizações. Parte importante dos objetivos da pesquisa aqui proposta se direciona para o desvendamento dos contornos dessas ações de mediação.

Uma segunda ocupação na região, a da Fazenda Sapezinho, também deixou fortes marcas na memória dos atores envolvidos, pois, ao contrário do que ocorreu em várias tentativas em Aruega, a polícia conseguiu “despejar” as famílias dessa ocupação. Nesse momento, tudo indica que MST e CPT tiveram fortes divergências, relacionadas às diferentes perspectivas sobre o grau de radicalização⁹ que se deveria ter frente aos adversários. Assim, o MST pressionou no sentido de um enfrentamento mais severo e CPT optou por uma postura mais de negociação, posições divergentes que enfraqueceram suas ações conjuntas e, possivelmente, foram decisivas para o “fracasso” da ocupação. Nesse momento, esses movimentos se afastaram¹⁰.

Novaes (1994) argumenta sobre a necessidade de se pensar a mediação para além dos atores comprometidos com os interesses dos trabalhadores, ou seja, seria pertinente pensar também as formas de mediação desenvolvidas pelos adversários, a serviço da manutenção das relações de poder.

Nas entrevistas um dos principais motivos alegados para o “fracasso” da ocupação de Sapezinho seria o consentimento das lideranças, na busca pela negociação, da freqüente entrada da dona da fazenda e da polícia no acampamento, supostamente visando o diálogo e a doação de alimentos, remédios, etc. enviados por ela para os sem-terra, o que teria enfraquecido a oposição dos trabalhadores aos adversários frente à habilidade de convencimento e formação de uma boa imagem da dona da fazenda. Assim, a mobilização teria sido enfraquecida, o que teria facilitado a retirada dos trabalhadores rurais da terra.

⁹ Segundo Lerrer (2008), “dentro do MST há um discurso para justificar a opção pelo afastamento da Igreja. Na visão de seus dirigentes, a orientação desta instituição não correspondia à necessária radicalidade que deveriam ter para conduzir a luta pela reforma agrária que, no Brasil, segundo a crença da organização, só será efetivamente alcançada quando houver uma transformação social profunda do país” (p. 25). Dada a grande variedade local das lógicas de ação da CPT, cabe valer-se dessas afirmações com cautela, atentando para as motivações específicas no processo em questão.

¹⁰ Essa suposta tensão entre CPT e MST pode ser início importante para a compreensão de como se deram as ações de mediação, de ambas as partes, em diferentes ocupações de terra nesse período. A ocupação de Sapezinho parece ser um contexto relevante para essa reflexão, também porque, em depoimentos com mediadores do MST, argumentou-se que os trabalhadores rurais mobilizados para a ocupação de Sapezinho estavam “menos dispostos ao enfrentamento” do que os de Aruega, o que explicaria, em parte, o fracasso em Sapezinho. Assim, esse contexto pode revelar também importantes tensões entre trabalhadores rurais e militantes.

Os excedentes de Aruega foram para outras ocupações no estado de Minas Gerais, das quais a da Fazenda Califórnia (hoje Assentamento 1º de Junho/Vale do Rio Doce) é reconhecida como de maior representatividade. O processo que resultou na ocupação do 1º de junho foi longo e tenso. Quando foi constatada a impossibilidade de assentamento de todas as famílias em Aruega e se decidiu quais ficariam, buscou-se várias alternativas de acesso à terra para as famílias excedentes. Inicialmente, numa parceria entre o INCRA e a Ruralminas¹¹ tentou-se implantar o Projeto Crauno, que pretendia assentar parte das famílias numa região próxima, que não foi aceita pelos trabalhadores rurais por ser considerada pouco fértil e inóspita.

Grande parte dessas pessoas ficou acampada à beira da BR116 por cerca de dois anos, entre 1991 e 1993, numa época retratada pelos depoentes como de grande escassez e insegurança. Em seguida - com base num suposto acordo preliminar entre deputados, representantes do executivo, excedentes e lideranças do MST - decidiu-se que parte desses trabalhadores rurais seria assentada no hoje chamado Assentamento Santa Rosa (Itaipé/MG). No entanto, existiam ainda muitas famílias excedentes.

O MST, sindicatos e outros movimentos e organizações fizeram novamente um trabalho de base na região e foi escolhido um local relativamente distante dos anteriores, no município de Tumiritinga, no Vale do Rio Doce. Cerca de duzentas famílias ocuparam a Fazenda Limeira-Califórnia no dia primeiro de junho de 1993, data que dá nome ao Assentamento. Rapidamente grupos policiais se dirigiram para a região.

Os depoimentos são divergentes quanto à percepção desses encontros com as autoridades da região, variando desde a noção de uma forte pressão até a lembrança de uma negociação tranqüila, o que pode indicar variações nas interpretações sobre esse processo. Em 1997 foram assentadas 82 famílias no 1º de Junho, que foi considerado por muitos anos um modelo da organização do Movimento em Minas Gerais.

Nesse mesmo processo, cerca de 250 famílias organizadas principalmente junto ao MST ocuparam a Fazenda dos Ministérios (Governador Valadares/MG) em agosto de 1994, dando origem ao hoje denominado Assentamento Oziel Alves Pereira. Em novembro de 1997 foram assentadas 67 famílias nesse local (MOREIRA, 2008). Em

¹¹ A Ruralminas é uma fundação pública estadual vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

seguida, as ocupações se tornaram mais freqüentes em outras regiões de Minas Gerais, principalmente no Triângulo e Norte de Minas Gerais.

Assim, cabe questionar também quais as implicações das mediações em questão para essas mudanças, ou seja, em que medida as relações constituídas nas ocupações iniciais nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce possibilitaram ou impulsionaram as formas de ação decorrentes em outras regiões. Noutra sentença, é possível também questionar se houve um enfraquecimento da eficácia dessas mediações e o direcionamento de esforços para outros contextos, com outros atores.

Depoimentos em análise

Em entrevistas mais aprofundadas com trabalhadores rurais e militantes que participaram ativamente das referidas ocupações de terra, pôde-se compreender melhor os contornos das relações em questão nesse estudo.

Um primeiro ponto que chamou atenção foi a importância dos significados ligados a religiosidade para a comunicação inicial entre trabalhadores rurais e militantes. Grande parte dos militantes que atuaram junto aos trabalhadores estavam ligados à grupos organizados por segmentos progressistas da Igreja Católica, como a CPT, e alguns já traziam experiência de atuação religiosa nas comunidades rurais mobilizadas:

De qualquer forma se deu na igreja mesmo, porque na militância da igreja, na participação na igreja... Naquele período, **como tava no auge da construção das comunidades eclesiais de base e o grande lema daquela época era a luta pela terra**, essa ala mais revolucionária...Então essa turma, esse padre lá da minha paróquia, o Jerônimo, ele era dessa ala da igreja, a ala mais combativa da igreja. **A preocupação dele era construir as CEBs e a partir daí já com possibilidade de construção de movimentos sócias**. Ai a gente vivia nos grupos de reflexões, nas várias oportunidades que a gente fazia, era permanente os grupos de reflexão nas comunidades. E o grande debate era a Reforma Agrária. Era a discussão número um. **Retomando o que havia ocorrido no período anterior, antes do golpe militar**. Então vinha muito a tona, inclusive as pessoas com um pouco mais de idade que lembrava do período (...) que houve uma certa ascensão de debate sobre isso e com o golpe se esvaziou. (...) Então, assim, foi realmente um trabalho difícil desse ponto de vista e **o que contribuiu muito foi a aceitação da Igreja, que o povo é muito religioso**, então a coisa poderia parecer difícil, mas se levava a discussão religiosa junto, a partir da fé ai... Assim, como o trabalho de base era muito da Igreja, **a gente fazia a**

discussão voltada para a missão do Messias mesmo, etc.. Ai o pessoal quebrava, quebrava o mito do medo e... enfim, se disponibilizava. (Grifo Nosso)¹²

Ele (Padre Jerônimo) foi mais que contribuiu com a gente na época. Tanto na questão organizativa que ele já tinha experiência na época, quanto na questão de dar animo, de incentivar.... Eu falar é uma coisa, mas quando um padre fala, o povo pensava: “Então não vai matar!” (risos). Que o padre é contra a violência, né? Isso ajudou muito.¹³

Grande parte dos depoimentos, como estes, demonstra como as reflexões anteriores, muitas vezes nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), já haviam criado uma perspectiva crítica dos trabalhadores sobre a realidade que vivenciavam e já colocavam a reforma agrária como ideal. Houve, assim, um esforço de mediação (NEVES, 2008) para relacionar as utopias políticas de organizações e movimentos sociais e as representações religiosas de grande parte dos trabalhadores rurais envolvidos, o que contribuiu para a criação de relações de confiança e facilitou a comunicação das novas propostas de ação.

Assim, as mobilizações iniciadas a partir de meados da década de 1980 tiveram sucesso, em grande medida, pela existência de trabalhos de base anteriores que já haviam constituído certo sentimento de injustiça e questionamento da realidade agrária local e nacional, com forte fundamento a religiosidade popular. CV relata que:

A gente era sindicalizado. Sempre também dava essa **visão pra Reforma Agrária**, pra cada um ter seu pedacinho de chão. **Ai nós unido no sindicato e nas igrejas, nós nunca passamos dessas coisas**, ai até que enfim chegou o Movimento dos Sem-Terra veio do Rio Grande do Sul. (Grifo Nosso)¹⁴

Nesse mesmo sentido, as ações de mediação se direcionaram cada vez mais para o questionamento da autoridade e legitimidade do domínio dos fazendeiros sobre a terra, o que contribuiu na formação de uma identidade política oposta. Assim, caminhou-se no sentido da delimitação e enfrentamento de adversários no seio da sociedade (TOURAINÉ, 2006 a. THOMPSON, 1987). Assim, argumentava-se sobre o fato da terra ser devoluta e do fazendeiro não trabalhar nela, o que minava o direito do fazendeiro, situando-o como explorador, um adversário e ser enfrentado em nome da justiça:

¹² Depoimento cedido em 19/03/2011 por VM, uma das principais lideranças nesse processo e pertencente ao primeiro grupo de militantes do MST formado em Minas Gerais.

¹³ Depoimento cedido em 19/03/2011 por FC, uma das principais lideranças nesse processo e pertencente ao primeiro grupo de militantes do MST formado em Minas Gerais.

¹⁴ Depoimento cedido em 8/7/2005 por CV, assentado em Aruega, liderança em sua comunidade.

Eles (mediadores) falavam: “A gente num vai ocupar uma terra que tem dono. Vamos ocupar uma terra improdutiva”. Ai quando as pessoas falavam: “Isaias, num tem jeito Isaias, como é que nós vamos tomar a terra do outro?”. Ele respondia: “Não gente, a terra que o Movimento ocupa é terra que o dono não paga imposto. A maior parte dela não tem documento.” Ai tentava convencer que a situação é essa, que Aruega é 966 hectares de terra, mais o dono tem documento de 246. Cadê as outras? As outras era dele? Não era! (...) A dele ninguém tomou, ta ai. Ele num tá trabalhando nela porque? Por que ele num trabalha.¹⁵

Eu chamava eles: “Atenção, vocês interessava adquirir um pedacinho de chão para trabalhar com a família” “Então moço, eu tenho condições, eu até que eu penso. Eu não tenho terra, eu vivo trabalhando de diária ai nas fazendas, pra um e pra outro” Ai eu dizia: “Oh, se vocês quiser, vamos unir e nós vamos ganhar uma terra pra nós trabalhar com o nosso sangue” (...) No município de Catuji eu trabalhei, no município de Ladainha tinha outro... Mas tudo quanto é lado para um dia só. No dia de combinar o dia de ocupar a terra, disse que a terra era do Estado. O fazendeiro invade, mas não é dele. Ele não tem o documento da terra total. Então nós viemos sabendo que a terra era devoluta.¹⁶

Vários depoimentos demonstram que, nesse processo de mediação, se constituiu um pensamento de que o vínculo com a terra é de quem nela trabalha e não de quem a expropriou e explorou enquanto mercadoria. A importância da delimitação dos adversários ficou também evidente nos relatos sobre os acontecimentos em torno da ocupação da Fazenda Sapezinho, considerada um fracasso por alguns militantes:

Tem momentos que a liderança, e mesmo o povo, opta por um caminho muito... de aliança, de negociações etc., que não surte efeito. E há momento em que as pessoas tomam uma decisão um pouco mais radical, de combate mesmo e acaba sendo vitorioso. Eu vou tentar exemplificar aqui pra ver se eu consigo explicar melhor: **Quando nós ocupamos Aruega nós não tínhamos nenhuma pretensão de negociar.** Negociar em que sentido? Ah, do proprietário chegar, com aquela conversinha doce e tal... Quer dizer, entramos com um propósito muito claro de radicalização mesmo! Radicalizamos o máximo! Tanto é que a polícia não conseguiu entrar. (...) Quando ocupamos Sapézinho, que é a Fazenda ao lado, era basicamente o mesmo grupo de liderança e por uma razão ou outra. Acho...acho não...é até duro eu dizer isso: **Por influência inclusive até da própria CPT... os aliados...flexibiliza, das alianças** e tal. Tomamos um caminho um pouco diferente. Radicalizamos em parte. Tanto que aceitamos... Aceitamos, eu coloco junto, mas particularmente eu era radicalmente contra. Aceitamos inclusive sentar na mesa de negociação com proprietária, e **a proprietária teve uma habilidade tamanha de nos enrolar, mas enrolou bacana!** A ponto de um dia a reunião se dar na fazenda dela, num outro local. **Um dos equívocos mais vergonhosos** de se contar que nós cometemos, **nós caímos no conto de fadas.** Acreditamos que aquela negociação que tinha se estabelecido ai nós íamos conquistar a Fazenda. Negociação com político, com a proprietária, com o INCRA, não sei o que e tal, e apostamos nisso e flexibilizamos a resistência interna. (...) A mulher (fazendeira) acabou... Era um embório mesmo... **Ela conseguiu, assim, estrategiar uma metodologia tão eficaz de nos desgraçar,** nos combater, a ponto de ... Ela fornecia leite pras... ela levava leite pras crianças! Fornecia leite, levava. Ela infiltrou no acampamento! Ela e seus... Ai chega a polícia com o mesmo discursos: “Não, que nós estamos pra proteger e tal”¹⁷ (*Grifo Nosso*)

¹⁵ Depoimento cedido em 13/07/2005 por NC, assentado em Aruega.

¹⁶ Depoimento cedido em 8/07/2005 por CV, assentado em Aruega, liderança em sua comunidade.

¹⁷ Depoimento cedido em 19/03/2011 por VM, uma das principais lideranças nesse processo e pertencente ao primeiro grupo de militantes do MST formado em Minas Gerais.

Como se pode perceber, VM é enfático ao afirmar como a identidade (MELUCCI, 2001) que vinham construindo, oposta à figura do “fazendeiro”, foi minada nesse processo. A participação de religiosos, fundamental para o processo inicial de mediação, nesse momento se apresentou para alguns militantes do MST como obstáculo para um enfrentamento mais severo. Essa crise, que envolvia disputas pela representação política (BOURDIEU, 1989) dos trabalhadores rurais, fica mais evidente no trecho abaixo:

Porque num era grupo diferente, era o mesmo grupo de liderança, agora num outro momento conjuntural diferente. Por exemplo, pra ocupar Aruega nós tínhamos rompido todas as barreiras da resistência, de pessoas da Igreja mesmo. Fomos muito convictos de que ali nós íamos e dali não podíamos sair. Quer dizer: radicalização mesmo. Beleza! Não houve divergência. Agora na outra ao lado, **a CPT puxou pra trás! Foi o momento que estabelecemos uma grande divergência com a CPT, basicamente rompemos. Por que eles não concordavam que a gente desse um próximo passo sem que a turma de Aruega fosse legalmente assentada.** Então nós teríamos que ta até hoje esperando, porque Aruega legalmente, assim, com documentação e tal, não tem. Eles tinham essa visão: “Ceis locos, porque ceis tão querendo abarcar o mundo com as pernas. Não é assim que se faz. Primeiro tem que pensar a organização de Aruega pra depois dar um passo adiante”. E a experiência do Movimento dos sem-terra a nível de Brasil já demonstrava pra gente que não. O Movimento surgiu, cresceu e se expandiu na base do Rolão! Que que é o rolão? É uma ocupação, é outra, um despejo aqui, uma conquista ali. É assim que expandia. **Então nós ousamos fazer essa ocupação de Sapezinho, mas já com essa... com essa quebra de elo,** eu diria, já com **menos força de um elo.** Não havia essa concordância política de que tinha que se fazer. Então deu no que deu: **na hora da resistência nós já não contávamos com todas as forças** da mesma forma que contávamos em Aruega.¹⁸ (*Grifo Nosso*)

Outro ponto relevante que se percebeu nos depoimentos foi a busca pela formação de um sentimento de que, ao unirem-se e organizarem-se, os trabalhadores teriam a força de modificar as relações de poder estabelecidas. Referindo-se à ocupação de Aruega, tida como vitoriosa, alguns entrevistados ressaltam como superaram o temor atribuído à herança coronelista da região:

Municípios que tinha herança mais... mais assim forte do coronelismo, pegando ali para aquelas bandas de Novo Cruzeiro mesmo, Padre Paraíso, Águas Formosas, alguns só sabe falar do tal de Juca Quaresma, grande capitão ali daquela região. Então o pessoal tinha muito medo mesmo. Ai nós tivemos que esclarecer pra eles, até trazer fotos, alguns slides em relação à luta que tava acontecendo no sul, no espírito santo, na Bahia. **A gente mostrando pra eles como a força do povo rompia a repressão dos fazendeiros** e tal e mostrando fotos bonitas, aquela imensidão de gente cortando arame, quebrando porteira...¹⁹ (*Grifo Nosso*)

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

Vários depoimentos indicam como grande parte do trabalho de base girou em torno de demonstrar a força que os movimentos vinham adquirindo frente à poderes antes considerados inquestionáveis. Grande parte desse esforço foi para quebrar o medo frente ao autoritarismo e a violência, típicos do Regime Militar, fortemente presentes nos discursos dos fazendeiros e autoridades da região:

Mas mesmo assim, nos dias da ocupação, muitas desistências ainda eram por medo, porque o pessoal fazia... Tinha o trabalho organizativo e o contra organizativo, que a fazenderada fazia, os políticos fazia. Era muito forte a perseguição dos políticos. Os políticos local sempre fazia um trabalho contrário....

Arnaldo: O que eles tentavam?

Metiam medo! “Que nada, essa coisa de invasão”. Recordava todo aquele processo de 64. “Que nada, ceis vão é entrar no chumbo lá” e tal.²⁰

Num desses depoimentos, VM atribui a esse sentimento de força coletiva um status de “mito”, criado pelas ações de mediação, que fez com que as pessoas assumissem posturas de enfrentamento com base na crença numa grande força coletiva que, se não fosse pela própria crença, eles não teriam. Essa suposta força, segundo depoimentos, gerou união no grupo e temor nos adversários:

Nós conseguimos por diversas vezes correr com a polícia. Enfim, e nós criamos um... um mito ali de resistência, **que muitas vezes chegava a ser mito mesmo. Nós não tínhamos a...a força real que aparentemente parecia ter.** Mas, assim, criamos um certo pavor mesmo. A polícia chegou... a polícia mineira chegou a inventar uma arma específica pra combater os acampados de Aruega, hoje é conhecida como Aruega 1 e 2(...) É, um tipo de ferramenta. Você pode buscar essa história com a polícia militar que eles deve te contar. É um tipo de uma foice, um ferro grande com um gancho, exatamente pra tomar a foice do... Como se fosse esse negócio de podar árvore, pra tomar a foice do sem-terra. Chama Aruega , inventaram uma e depois inventaram outra. Nós, na ocupação de Aruega, conseguimos isso. Fruto...não é mérito só da liderança, mas do Movimento naquele conjuntura.²¹

O processo de construção desse sentimento de força coletiva está também associado à idéia de que não se lutava pontualmente apenas por aquelas terras, mas também por uma causa, pela construção de uma nova sociedade, ou seja, uma utopia, elemento fundamental na dinâmica dos movimentos sociais (NEVEU, 2005). Essas noções aparecem nos depoimentos quando se fala da busca pela reforma agrária enquanto ideal maior e por uma sociedade diferente. JR relatou que “a palestra (dos militantes) lá

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

foi assim: que nós ia adquirir uma terra pra nós trabalhar e nós ia criar uma nova sociedade, onde não existia nem explorado e nem explorador. A palestra foi desse jeito”²². Outro assentado, NT, relata o ideal de reforma agrária nas ações:

Falavam que era importante. Sem a Reforma Agrária não tinha como nós desenvolver. E hoje a maior parte pro Brasil desenvolver tem que ter Reforma Agrária ampla, pra todo mundo ter o seu pedacinho de chão. Qual é o trabalhador rural que vive sem um pedaço de chão? Ele não tem como viver! Então é onde **eu parti para a Reforma Agrária, eu disse: “—Eu vou pra ocupar”**. **A terra é do estado e nós vamos resistir nesse pedaço de chão e produzir nele.** (...) Era um trabalho mesmo organizativo. Reuni o pessoal, as vezes era no salão da igreja e conversava. Mesmo a questão da Reforma Agrária que é uma... **Aprovada em lei há muito tempo e o Governo não coloca isso em prática.** E que o Movimento, que já surgia lá no Sul, no Rio Grande do Sul, no Paraná e alguns estados. E que aqui no Estado de Minas a gente precisava de tá criando esse Movimento aqui no Estado. E foi a primeira ocupação, foi daqui da Fazenda Aruega. E ai a gente foi adquirindo algum conhecimento com alguns companheiros que vinha de lá também, do sul.²³ (*Grifo Nosso*)

Outro fundamento dessa força está na criação de uma consciência sobre a interdependência (ELIAS, 2001) entre as identidades que se constituíam localmente, as organizações e movimentos sociais e o poder do Estado (SIGAUD, 2005). Assim, a criação, no trabalho de mediação, de relações com a sociedade política - mostrando que esse conflito era também um problema a ser resolvido pelo Estado, o poder público, que estaria acima do jogo de interesses locais – trazia o sentimento de que o processo em curso transcendia os limites do acampamento, o que encorajava os trabalhadores rurais mobilizados. Nesse ponto, o pensamento de Cohen & Arato (2000) sobre as formas de interação entre sociedade civil e política parece bastante sugestivo.

Em vários depoimentos se revela como políticos influentes - como, por exemplo, deputados estaduais - estavam mobilizados em torno dos desdobramentos das ocupações em curso. Os enfrentamentos locais, desencadeados no contexto de redemocratização do País, estavam intimamente relacionadas com os embates em outras instâncias, no executivo, legislativo e judiciário. As pessoas mobilizadas no acampamento acompanhavam as batalhas nessas outras instancias, percebendo suas relações e se sentido como parte de um processo de luta mais amplo:

²² Depoimento cedido em 14/7/2005 por JR, assentado em Aruega.

²³ Depoimento cedido em 12/07/2005 por NT, assentado em Aruega.

Tentaram dar despejo, mas já tinha alguém lá na justiça defendendo. E ai até que eles conseguiram uma liminar de despejo. Ai antes do policial vim pra despejar, a liderança, antes de 24 horas, a liderança deu um jeito e pegou e foi pra Teófilo Otoni e conseguiu pegar um helicóptero, mais rápido possível, e foi pra Brasília...Não foi fácil não, foi uma batalha terrível! Ai, antes de vencer a voz de despejo, conseguiram derrubar a liminar. Então a gente recebeu ordem de despejo 3 vezes. Conseguiu derruba as liminares de despejo.²⁴

É. Toda vez que aqui vinha mandado de despejo a gente conseguia recorrer. Ai eles não conseguia fazer o despejo. Uma que também era bastante gente, outra que o juiz...toda vez...Eu sei que daqui de Novo Cruzeiro foi embora uns [2] juiz ai, porque não conseguia fazer o mandado deles. E... Sem a ordem judicial não tem como também fazer o despejo, né?²⁵

Em depoimentos como esses e conversas informais foi ressaltado o apoio de deputados, bispos e organizações, as articulações em torno da emissão e derrubada de liminares de despejo e o uso estratégico da opinião pública, informações que indicaram que estava em curso a construção de redes entre grupos mobilizados na sociedade civil, opinião pública e política institucional.

²⁴ Depoimento cedido em 10/07 2005 por IL, assentado em Aruega.

²⁵ Depoimento cedido em 12/07/2005 por NT, assentado em Aruega.

Considerações Finais

Com base nas informações sobre o processo em questão e em algumas reflexões das Ciências Sociais sobre esses assuntos, pôde-se compreender parte da dinâmica de relações em torno das ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990.

Primeiramente, cabe salientar que as ações de mediação em discussão nesse trabalho se dão em contextos nos quais outras mediações estavam em curso, cuja compreensão e interação por parte dos militantes foi fundamental para o início e continuidade no processo de mobilização. Assim, o diálogo das novas utopias propostas com as representações religiosas e sentimentos de injustiça dos trabalhadores rurais foram pontos de partida sem os quais dificilmente se estabeleceriam relações de confiança e projetos em comum.

Também se percebe a importância da formação de uma identidade para a realização dessas ocupações e suas interações com outros atores na sociedade civil e política. Por outro lado, se percebe também o quanto o apoio desses atores relativamente externos foi fundamental para que as ações locais ganhassem sentido e viabilidade.

A capacidade de *mediar* a construção dessas relações, assim, foi fundamental para a legitimação da liderança política. Nesse sentido, as ações de mediação caminharam no sentido da delimitação de adversários e do estabelecimento de crenças na força das ações coletivas frente à formas de poder antes tidas como intransponíveis pela a maior parte dos trabalhadores rurais envolvidos. Essa força, em grande medida, foi proveniente do direcionamento de esforços em torno de uma causa, que transcendia o conflito local e ligava os trabalhadores mobilizados à outros grupos, poderes e utopias.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 37, junho, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COHEN, J.; ARATO, A. Los movimientos sociales y La sociedad civil. In: **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de La cultura, 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Estabelecidos e outsiders**. **Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Tradução: Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Edições 70, 2005.

_____. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução: Pedro Süsssekind; prefácio, Roger Chartier, - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

LERRER, Débora Franco. **Trajetórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST**. Rio de Janeiro, 2008, 197p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) CPDA/UFRRJ.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Crispim **Vida e luta camponesa no território: casos onde o campesinato luta, marcha e transforma o território capitalista**. Tese de doutorado. UFMG/Departamento de Geografia, 2008.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- NEVEU, Érik, **Sociologie dès mouvements sociaux**. Paris: Le Découverte, 2005.
- NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: CEDEFS, 1996.
- SCHERER-WRREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH**, vol. 21, no 54, Salvador, 2008
- _____. Das mobilizações as redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Vol. 21, n.1, Brasília, 2006.
- SIGAUD, L Marcelo ROSA, M; MACEDO, M. E. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008, pp. 107 a 142.
- SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**. v. 17, n. 1, 2005. pp. 255-280.
- _____. “A Forma Acampamento: Notas a Partir da Versão Pernambucana”. *Novos Estudos Cebrap*, no 58, 2000. pp. 73-92.
- THOMPSON, E.P. La sociedad inglesa dès siglo XVIII: lucha de classes sin classes? In: **Tradicion, Revulta y Consciencia de classe**. Bracelona: Ed. Critica, 1979.
- _____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. **Anais o seminário O Retorno do Ator**. São Paulo: USP/Fac. De Educação, 1989.
- _____. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Vol. 21, no 1, 2006a.
- _____. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **Um Novo Paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006b.
- ZANGELMI, A. J. **História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG**. Viçosa, 2007, 156p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.